

“O TEATRO DE GRANDES DESGRAÇAS”: EXCLUSÃO SOCIAL E CONTROLE SOCIAL NO RECÔNCAVO DA BAHIA NO TEMPO DA ABOLIÇÃO

*Eliseu Santos Ferreira Silva*¹

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar a criminalização e a exclusão social da população negra no termo de Cachoeira durante a década de 1880, localidade de grande importância econômica durante o século XIX, situada às margens do rio Paraguaçu no Recôncavo da província da Bahia. O recorte cronológico corresponde a um período de grandes transformações no campo social (desmonte do escravismo), econômico e político (República), diz respeito também a um aumento populacional devido a oportunidades de emprego nas obras públicas e os retirantes fugindo da grande seca de 1888.

Palavras-chaves: Criminalização; Vadiagem; Cachoeira, Bahia – Final do século XIX.

Abstract

This article aims to analyze the criminalization and social exclusion of the black population at the end of Cachoeira during the 1880s, a place of great economic importance during the 19th century, located on the banks of the Paraguaçu River in the Recôncavo of Bahia. The chronological cut corresponds to a period of great changes in the social field (dismantling of slavery), economic and political (Republic), also refers to a population increase due to employment opportunities in public works and the retreatants fleeing the great drought of 1888 .

Keywords: Criminalization; Loitering; Cachoeira, Bahia - Late 19th century.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar la criminalización y exclusión social del negro término Cachoeira población durante la década de 1880, ciudad de gran importancia económica en el siglo XIX, situada en el río Paraguaçu, en la provincia de Bahía Recôncavo. El corte cronológico corresponde a un período de grandes cambios en el ámbito social (desmantelamiento de la esclavitud), económica y política (República) se refiere también a un aumento de la población debido a las oportunidades de empleo en las obras públicas y los refugiados que huyen de la gran sequía de 1888 .

Palabras clave: Penalización; Vagancia; Cachoeira, Bahia - Finales del siglo XIX.

¹ Universidade Federal da Bahia, e-mail: zeu_historia@yahoo.com.br.

Trabalha o bandido, trabalha o réprobo, trabalha o corsário, trabalha o gatuno, e mais do que a probidade, a honradez, a virtude trabalham aqueles, mas todos trabalham.¹

Introdução

Cachoeira foi uma das regiões mais importantes da economia açucareira do Brasil, desde os tempos coloniais até meados do século XIX. Localizada à margem esquerda do rio Paraguaçu a cidade de Cachoeira integra o Recôncavo baiano.² O açúcar e o fumo eram seus principais produtos econômicos, por conta disso havia grande quantidade de engenhos e, desse modo, um número grande de escravizados “até as vésperas da abolição”. Além do tabaco e da cana o cultivo da mandioca foi um importante empreendimento agrícola da região.³ Outra característica considerável era seu porto (segundo em importância econômica da Bahia escravista), pelo qual passavam as mercadorias que vinham do interior abastecer a capital através da navegação a vapor implantada nas primeiras décadas do século XIX. Ao longo do século XIX a cidade se consolidava como entreposto comercial entre Salvador e o interior do Brasil.⁴

O Recenseamento do Império de 1872, o primeiro censo do Brasil, registrou 88.180 habitantes no termo de Cachoeira.⁵ Em 1882, o abolicionista baiano, Eduardo Carigé enaltecia a “segunda cidade da Província, já pela sua prosperidade; a 84 km. da capital, sobre a margem esquerda do rio Paraguaçu, com 20.000 habitantes”. Sobre a quantidade de pessoas escravizadas, as estatísticas informavam 15.347 de habitantes nessa condição. Nas décadas seguintes, houve o aumento do número de residentes, contando 110.235 habitantes em 1890.⁶ No censo de 1890, a cidade de Cachoeira tinha 35.546 habitantes e, em 1900, um total de 45.199.⁷ Um crescimento substancial nas últimas décadas do século XIX. No recenseamento de 1872 atribuiu-se a paróquia central de Cachoeira uma população de 9.270 habitantes, já em 1890 ela aumentaria para 12.607, enquanto a vizinha São Félix expandiu de 3.205 para 4.358 durante o mesmo período.⁸

Ainda segundo Eduardo Carigé, a cidade era “empório do comércio do Sertão da Província e estação das estradas de ferro à Comarca das Lavras Diamantinas e à cidade da Feira de Santana”.⁹ Além do comércio aquecido, durante a década de 1880, havia em Cachoeira importantes fábricas de charutos e de tecidos. Sem dúvida, assim como as vizinhas Santo Amaro e Nazaré, além da capital Salvador, Cachoeira atraía um

contingente de trabalhadores à procura de oportunidade longe das fazendas e engenhos, em um contexto de mudanças sociais e políticas importantes como as leis emancipacionistas, mas também de crise econômica e seca.¹⁰ Segundo Barickman, Cachoeira foi um grande entreposto comercial e sua zona rural produzia fumo (além de outros já ditos) que era comercializado em grande escala. Já a partir do final da década de 1880, predominou uma recessão econômica em toda província, ocasionando uma aguda carestia de alimentos, como a farinha e a carne seca, e crise na produção e comercialização da cana de açúcar. O Recôncavo foi destino de inúmeros retirantes do sertão da Bahia e de outras localidades do Nordeste depois da grande seca de 1888.¹¹

Perseguições

A partir da década de 1870 o fluxo de migrantes aumentou. Além das oportunidades de trabalho no porto, houve nesse contexto as construções das linhas férreas, a construção da ponte dom Pedro II sobre o rio Paraguaçu na década de 1880, e a construção de um novo cais na década de 1890.¹² Essa movimentação de trabalhadores refletiu no aumento geral da população e nas queixas do corpo de Polícia e nos periódicos locais sobre o aumento da criminalidade. O discurso de aumento da população cachoeirana também justificava os pedidos de aumento da força policial que foram frequentes ao longo da década de 1880. No campo social, o período pós 1870 é cercado por diversas tensões ocorridas na cidade e no campo. Tornavam-se mais evidentes o temor branco e o racismo, o medo dos escravos pleitearem sua liberdade no tribunal, a presença de africanos e seus descendentes no movimento abolicionista e o uso da violência em diversos ambientes.¹³

Podemos perceber os impactos das mudanças populacionais na cidade a partir das queixas inseridas nos jornais. Em 8 de outubro de 1880, *O Guarany*, publicava um “pedido” ao “senhor delegado de São Félix”, Rosalvo Menezes Fraga, para que nomeasse “um inspetor de quarteirão para o ‘Curiachito’”, lugar onde, segundo o periódico, residia “grande número de ‘garimpeiros’ e que dia e noite, embriagados, ofendem a moralidade pública, e até praticam crimes, a tudo se poderá evitar havendo uma autoridade para garantia da lei, e respeito e sossego das famílias”. Esses garimpeiros eram na verdade os trabalhadores das ferrovias, que instalavam, limpavam

e faziam a manutenção das linhas. Segundo a antropóloga Fayette Wimberly, em estudo sobre o candomblé em Cachoeira e São Félix no mesmo período, “as transformações em ambas as cidades são ainda mais claramente reveladas na reação apavorada de funcionários locais que lutavam para controlar um número crescente de trabalhadores de fábrica”, e aqueles que trabalhavam “em uma variedade de projetos de obras públicas entre 1870 e 1900”.¹⁴ Já Robério S. Souza considera que esses indivíduos estavam em constante vigilância e perseguição. Nas palavras desse autor, “a expressiva quantidade de trabalhadores nacionais e imigrantes reunida nas obras da estrada de ferro preocupava as autoridades políticas e policiais”.¹⁵ Sobre a queixa do periódico, muito provável que a “ofensa” à moral fosse um samba, ou mesmo um culto aos orixás, alvos corriqueiros das batidas policiais.¹⁶

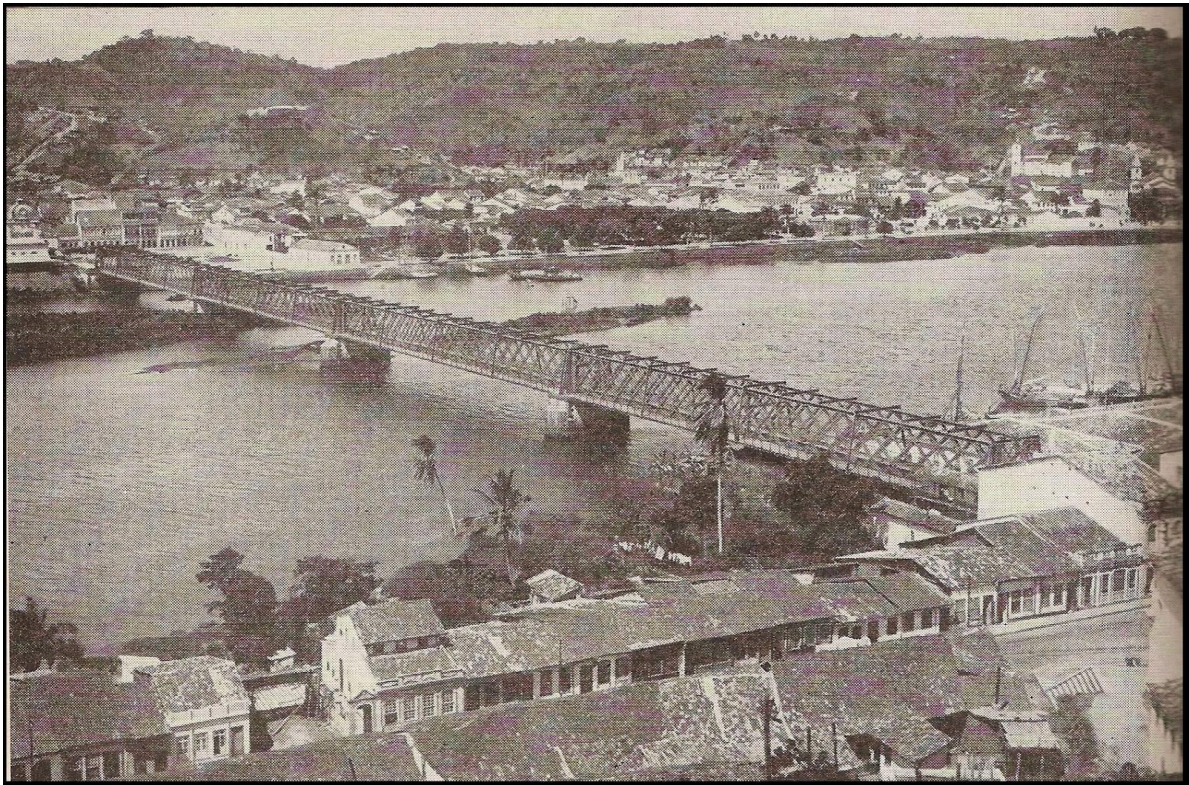


Figura 1 – Ponte Dom Pedro II ligando a cidades de Cachoeira a São Félix, s/d.
Fonte: Sterling Numismática.



Figura 2 – Porto de São Félix, s/d.
Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de São Félix.

Em 14 de março de 1889, próximo do aniversário de um ano da abolição do elemento servil, o subdelegado da freguesia de São Félix comunicou ao presidente da província:

Achando-me em dificuldade no exercício de minhas funções no caráter de autoridade policial desta Freguesia devido a grande número de emigrantes famintos que diariamente aqui abundam e procuram-me para os auxiliarem com agasalhos e trabalho onde possam tirar resultado para si e suas pobres famílias que gemem e choram a falta de alimentação, sendo esta Freguesia no quadro que atravessamos, testemunhas dos atos mais dolorosos e dignos de toda comiseração.

Completava:

Bem que, todos os habitantes desta Freguesia sejam humanitários e não se poupem a prestar auxílios a seus irmãos que vagam pelas ruas esmolando o trabalho e o pão da caridade, e jamais tenho empregado todos os esforços para bem acomodar a estes emigrantes que aqui vem abrigar-se em procura de auxílio, e nesta missão que é de meu dever cumprir, tenho sido auxiliado por alguns negociantes desta praça.

E como já estejam todos os recursos escassos, por não haver trabalho que possa acomodar aí número superior de duzentas pessoas que se acham nesta Freguesia, implorando o pão para se alimentarem.

Exmo. Senhor, com certeza seremos visitados por modéstias epidêmicas e pela fome devido a escassez dos gêneros alimentícios e a falta de recurso pecuniários para os oprimidos.¹⁷

Em resposta, o presidente da província, Manuel do Nascimento Machado Portela, comunicou ao subdelegado que havia ordenado a “Comissão Central desta Comarca para empregar estes emigrantes em obras do Cemitério”. Por sua vez, o subdelegado informou ao presidente que “as obras do cemitério são mais artísticas que de emprego comum, não podendo admitir mais que um número suficiente e limitado de trabalhadores”.

Em outra correspondência, o subdelegado Reinerio enfatizou suas queixas sobre os emigrantes. Segundo ele,

Tenho-me dirigido a esta Presidência por telegramas pedindo providências urgentes para empregar grande número de pessoas que tem afluído de diversos pontos para esta Freguesia que, na maior desolação apresentam-se pedindo alimento e trabalho para se ocuparem, afim de não morrerem a fome. Tenho que levar ao conhecimento de V. Ex.^a que esta Freguesia, se bem que industrial e comercial, não pode suportar grande número de emigrantes, porque os habitantes profissionais também estão passando pela desvantagem na redução de salário que não ajudam a manter-se jamais na escassez e carestia dos gêneros alimentícios.

Além disso, Reinerio queixou-se da ameaça de epidemias pelas inconclusas obras sanitárias. Lembrando,

portanto a V. Ex.^a a vala e a conclusão do cano da praça do Rosário que já foi medida e orçada pelo Sr.^o D. Maciel, engenheiro Fiscal; cujas obras são as mais necessárias; pelo estado insalubre e prejudicial a saúde pública por ser no centro comercial desta Freguesia, tanto maior quando nos vemos ameaçados pelo terrível e aterrador hospede – a febre amarela –. Acrescendo mais que na emergente circunstância dos emigrantes poderem ser empregados no movimento de terra e escavações, trabalhos mais ou menos aproveitáveis e uteis a esta Freguesia, e a eles que são profissionais deste emprego.

Insistia que

em consideração a que acabo de expor, espero com a máxima brevidade a providência pedida para que haja ordem e garantia ameaçada pelo estado aterrador dos infelizes que no mais apertado transe de sua vida poderão no desespero da fome, cometer atos reprovados e criminosos.¹⁸

Fica evidente aqui que os queixumes do subdelegado foram recursos utilizados para atender a um grupo específico, a saber, os comerciantes locais. Para além de suas sensibilidades com os “famintos”, seu pedido almejava celeridade nas obras públicas no centro comercial. Além disso, o subdelegado pretendia se isentar das queixas de “falta de atividade e vigilância”, transmitidas por periódicos locais, afirmando não ter tempo para exercer sua autoridade policial. Reinerio Ascendino comunicou ao presidente da província, de forma alarmante, sobre as consequências de não inserirem esses emigrantes nos canteiros de obras urbanas. Portanto, lavava as mãos diante da possibilidade desses “infelizes” descambassem para, no “desespero da fome”, praticar “atos reprovados e criminosos”.¹⁹

De maneira alarmante o delegado Rosalvo Menezes Fraga comunicou ao chefe de polícia, em julho de 1889, o grande fluxo de indivíduos refugiados da seca. Segundo o delegado, cerca de 300 flagelados estavam espalhados pelas ruas da cidade e seria necessário reforço policial para conter uma possível ameaça contra o patrimônio público e privado.²⁰ Três meses depois do telegrama ao chefe de polícia, tentando aumentar o rigor na vigilância aos forasteiros, o delegado Rosalvo Menezes Fraga estabeleceu uma portaria. A portaria exigia “uma relação exata de todas as pessoas” que estivessem hospedadas nos hotéis “ou casa de pasto”, como eram conhecidos estabelecimentos modestos onde serviam refeições, lugares que abrigavam migrantes e viajantes. Para Rosalvo Fraga, seria “da maior conveniência que a polícia tenha exato conhecimento de todas as pessoas que transitam por esta cidade [também a freguesia de São Félix] e que nela permanecem temporariamente”. Pouco mais de um ano da abolição, com o fluxo intenso de pessoas vindo para cidade, parece que a polícia cachoeirana traçava estratégias para prevenir crimes. A retórica da defesa da propriedade era o véu que cobria a real preocupação das autoridades políticas e policiais, legitimando as tentativas de identificar para controlar os passos da população urbana, dos quais muitos eram libertos e retirantes.²¹

A cidade atraía aqueles que buscavam oportunidades não só para trabalhar, mendigar e cuidar da saúde na Santa Casa de Misericórdia, mas também na “arte de roubar”. Eram várias as motivações para a prática do roubo e do furto, como veremos oportunamente no segundo capítulo. Por exemplo, em um contexto no qual alguns indivíduos “rejeitados” do serviço militar ou fugindo de serviços pesados, muitos acabavam vendo no furto uma alternativa viável de sobrevivência. Como foi o caso de Marcolino Alves Barbosa, ganhador, 21 anos, solteiro, natural da vila de São Gonçalo, morava em um quarto alugado na Rua dos Remédios, acusado de roubar “vários objetos” no ano de 1891 após ter sido rejeitado como recruta do batalhão do exército “pelo seu defeito físico”.²²

Considerações finais

Existiram muitas suspeitas, pelas autoridades policiais, de indivíduos infiltrarem em ambientes de trabalho para evitar prisões. Por conta dessas e outras, inúmeras

tentativas de controle da população urbana de cachoeira foram vigoradas, como no caso dos ganhadores, sobretudo. Para isso, a ação preventiva do Estado através das posturas municipais e da instituição policial se solidificava de forma acelerada nas últimas décadas do século XIX. Não surpreende que essas medidas de vigilância e punições aos considerados perigosos e indiciados como ladrões, além de associações entre vadiagem e criminalidade, convergiam os políticos liberais e conservadores cachoeiranos em relação àqueles fora do mundo formal do trabalho, justificando assim um maior rigor no controle social a partir de posturas municipais e leis.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O Jogo da Dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor Ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1822*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

BARICKMAN, Bert J. “Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881)”. *Afro-Ásia*, 21/22 (1998-1999), pp. 177-238.

CUNHA, Silvio Humberto P. “Um retrato fiel da Bahia: sociedade-racismo-economia na transição para o trabalho livre no Recôncavo Açucareiro, 1871-1902”. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.

LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MATTOS, Wilson Roberto de. *Negros contra a ordem: astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador-Ba. 1850-1888)*. São Paulo: Unicamp, 2000.

MEDRADO, Joana. *Terra de vaqueiros: relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1900*. Campinas, SP: Editora da Unicampi, 2012.

MOREIRA, Virlene Cardoso. “Entre a Baía e os Sertões: a dinâmica comercial do Recôncavo Baiano: São Félix (1857-1889)”. Dissertação de mestrado. Salvador, UFBA, 2002.

PARÉS, Luis Nicolau, *A formação do Candomblé – história e ritual da nação jeje na Bahia*, Campinas, Editora da UNICAMP, 2006.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

PORTO, Ana Gomes. “Crime em letra de fôrma: sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa do prelúdio republicano”. Dissertação de Mestrado, História, UNICAMP, 2003.

REIS, João José. *Domingos Sodré. Um sacerdote africano. Escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. “Magia Jeje na Bahia: a Invasão do Calundu do Pasto de Cachoeira, 1785”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 57-81, mar./ago. 1988.

RIBEIRO, Carlos Costa. *Cor e criminalidade: estudos e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Edufrj, 1995.

SANTOS, Edmar Ferreira. *O poder dos candomblés: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia*. Salvador, EDUFBA, 2009.

SCHWARCZ, Lilia M. *O Espetáculo das raças—cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCOTT, James C. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985.

SOUZA, Laura de Melo e. *Desclassificados do Ouro: A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

SOUZA, Robério Santos. “Centenas de pessoas de diversas nações: os trabalhadores livres, libertos e escravos da Bahia and San Francisco Railway Company”. In: Gabriela dos Reis Sampaio; Lisa Earl Castillo; Wlamyra Albuquerque (orgs.), *Barganhas e querelas da escravidão: tráfico, alforria e liberdade (séculos XVIII e XIX)*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA), 2014.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. Revisão técnica Antônio Negro, Cristina Maneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras 1998.

_____. *Senhores & Caçadores: A origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VANDERWOOD, Paul. *Disorder and Progress: Bandits, Police and Mexican Development*. Lincoln: Nebraska and London: University of Nebraska Press, 1981.

WIMBERLEY, Fayette. “The Expansion of Afro-Bahian Religious Practices in Nineteenth-Century Cachoeira”. In: KRAAY, Hendrik (org.). *Afro-Brazilian Culture and Politics: Bahia, 1790s to 1990s*. New York: M. E. Sharpe, 1998, p. 74-89.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos e vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

NOTAS

¹ Sílvia Boccanera, *Almanach do Diário de Notícias*, 1882, f. 37.

² Seu processo de colonização remete ao início do século XVII, quando foi ocupada por Gaspar Rodrigues Adorno. Os grupos indígenas foram totalmente exterminados. Sua criação data de 1693, como freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira. Já em 1698 foi elevada à categoria de vila, com o nome Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira.

³ Sobre os momentos finais da escravidão no Recôncavo, a economia e o declínio da exportação de açúcar, ver Bert J. Barickman, “Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881)”. *Afro-Ásia*, 21/22 (1998-1999), p. 177-238. Sobre a economia do fumo e da mandioca, ver, do mesmo autor, *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003; ver também, Silvio Humberto P. Cunha, “Um retrato fiel da Bahia: sociedade-racismo-economia na transição para o trabalho livre no Recôncavo Açucareiro, 1871-1902”. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Para os anos finais da escravidão e o pós-abolição, ver Walter Fraga Filho, *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006; Sobre o Recôncavo açucareiro, ver, especialmente, Stuart B. Schwartz, *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

⁴ João José Reis, “Magia Jeje na Bahia: a Invasão do Calundu do Pasto de Cachoeira, 1785”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 57-81, mar./ago. 1988, p. 63-6. O “termo” correspondia a uma circunscrição geográfica, político-administrativa e jurídica. No primeiro século de existência da vila, seu termo contava com uma imensa região geográfica que abarcava mais de trinta atuais municípios, dentre eles Feira de Santana, emancipada em 1832. Por causa das participações decisivas nas lutas de independência do Brasil, em 1823, lhe foi concedida o título de heroica e, em 1837, a então vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira foi elevada à categoria de Cidade. Antes mesmo de ser elevada à cidade, a vila era o mais importante centro de negócios e comércio do Recôncavo baiano. Segundo João José Reis, nos finais do século XVIII, Cachoeira era “o segundo núcleo populacional da Bahia”, com cerca de 4.000 habitantes em 1775 e 5.000 em 1804. Esse mesmo autor informou que, em 1826, a Câmara local estimava que a vila contasse com 6.000 habitantes, e um total de 60.000 por todo termo.

⁵ *Recenseamento do Brasil em 1872 (Bahia)*. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v3_ba.pdf>. Acesso em: 20 de jan. 2015.

⁶ Incluí a cidade de São Félix e a vila de São Gonçalo dos Campos por fazerem parte da contagem no Recenseamento de 1872, sendo a população geral delas: 39.079 e 22.814, respectivamente. Sobre o depoimento de Eduardo Carigé, além de outras transcrições de depoimentos de cronistas, ver Pedro Celestino da Silva, “Datas e tradições cachoeiranas”. *In: Anais do Arquivo Público da Bahia*, vol. XXIX, 1943, p. 356.

⁷ *Republica dos Estados Unidos do Brazil. Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900: = précis du recensement du 31 décembre 1900*. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/22260>>. Acesso em: 12 de jan. 2015.

⁸ Desses, em 1872, 972 homens e 687 mulheres (brancos), 2.100 homens e 2.964 mulheres (pardos), 435 homens e 994 mulheres (pretos) e 19 homens e 25 mulheres (caboclos). Os escravos totalizam 1.124, a saber, 195 homens e 241 mulheres (pretos), e 311 homens e 377 mulheres (pardos). Nota-se uma população majoritariamente de pessoas não brancas. Sobre a composição étnica de Cachoeira e São Félix, ver Fayette Wimberly, op. cit. p. 74-89. Sobre os dados estatísticos, ver em *Recenseamento do Brasil em 1872 (Bahia)*. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v3_ba.pdf=>. Acesso em: 20 de jan. 2015; *Recenseamento de 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1898. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 de jan. 2015; Aristides Augusto Milton, *Ephemerides Cachoeiranas*. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 1979, p. 409-10.

⁹ Pedro Celestino da Silva, “Datas e tradições cachoeiranas”..., p. 357.

¹⁰ Para o grande fluxo de migrantes em Cachoeira nesse período, ver Walter Fraga Filho, *Encruzilhadas da liberdade...*, p. 328.

¹¹ Sobre as secas na Bahia, ver Graciela Rodrigues Gonçalves, “As secas na Bahia no século XIX (sociedade e política)”. Dissertação (mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós – Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000. Em relação à carestia de alimentos durante o período republicano, ver Mário Augusto da Silva Santos, *A República do povo: sobrevivência e tensão*. Salvador: EDUFBA, 2001.

¹² Ver Fayette Wimberly, “The Expansion of Afro-Bahian Religious Practices in Nineteenth-Century Cachoeira”. In: Hendrik Kraay (org.), *Afro-Brazilian Culture and Politics: Bahia, 1790s to 1990s*. New York: M. E. Sharpe, 1998, p. 74-89.

¹³ Dale Graden, “Abolição na Bahia através dos processos da justiça”. *Clio/Revista de Pesquisa Histórica (Recife)*, 11. (1988), p. 87-93; Elciene Azevedo, *O Direito dos Escravos. Lutas jurídicas e abolicionismo na Província de São Paulo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010; Ricardo Tadeu Caíres Silva, “Os escravos vão à Justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade”. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2000; José Pereira de Santana Neto, “Falsas verdades, boas desculpas. As juntas de classificação e o Fundo de Emancipação”. In: Gabriela dos Reis Sampaio; Lisa Earl Castillo; Wlamyra Albuquerque (orgs.), *Barganhas e querelas da escravidão: tráfico, alforria e liberdade (séculos XVIII e XIX)*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA), 2014.

¹⁴ Ver Fayette Wimberly, “The Expansion of Afro-Bahian Religious Practices in Nineteenth-Century Cachoeira”..., p. 74.

¹⁵ Ver Robério Santos Souza, “Centenas de pessoas de diversas nações: os trabalhadores livres, libertos e escravos da Bahia and San Francisco Railway Company”. In: Gabriela dos Reis Sampaio; Lisa Earl Castillo; Wlamyra Albuquerque (orgs.), *Barganhas e querelas da escravidão: tráfico, alforria e liberdade (séculos XVIII e XIX)*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA), 2014, p. 272.

¹⁶ *O Guarany*, 8 out. 1880, p. 2. “A Pedido”. Sobre as perseguições aos adeptos do candomblé em Cachoeira e as estratégias de resistência dos seus adeptos, ver Edmar Ferreira Santos, *O poder dos candomblés: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia*. Salvador, EDUFBA, 2009; ver também, João José Reis. “Magia Jeje na Bahia”..., 1988.

¹⁷ APEB, *Correspondências recebidas dos subdelegados de Polícia (1844 – 1889)*, maço: 3006. Correspondência do subdelegado Reiner Ascendino da Silva para o presidente da província, Manuel do Nascimento Machado Portela, 14 mar. 1889.

¹⁸ APEB, *Correspondências recebidas dos subdelegados de Polícia (1844 – 1889)*, maço: 3006. Correspondência do subdelegado Reiner Ascendino da Silva para o presidente da província, Manuel do Nascimento Machado Portela, 30 mar., 1889.

¹⁹ APEB, *Correspondências recebidas dos subdelegados de Polícia (1844 – 1889)*, maço: 3006.

²⁰ APEB, *Polícia/delegados (1885-1889)*, maço: 6227. Correspondência do delegado Rosalvo Menezes Fraga para o chefe de polícia, Domingos Rodrigues Guimarães.

²¹ *O Tempo*, 23 out. 1889, p. 1. “Providências”.

²² APEB, *Processos-crime*: 17/680/08 (1891).